

Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [recurso eletrônico] : uma nova agenda para a emancipação 2 / Organizadora Adriana Demite Stephani. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-739-0 DOI 10.22533/at.ed.390192310 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Stephani, Adriana Demite. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2” é um mosaico de abordagens, olhares e narrativas sobre a educação brasileira. De caráter *pluri*, é composta por 2 volumes contendo 23 artigos cada, reunindo ao todo 46 textos que discutem, refletem e apresentam práticas de pesquisadores e docentes de diferentes estados e instituições, tanto brasileiras quanto internacionais.

objetivo da obra é apresentar um panorama das diversas e importantes pesquisas pelo país a partir de inúmeros aspectos da educação, desde processos históricos de constituição, desafios, enfrentamentos e ações na/para a formação docente, perpassando por reflexões sobre a educação como instrumento para a formação crítica e como processo inclusivo, como também apresentando possibilidades reais de atuações em sala de aula através dos relatos das práticas docentes.

O volume I inicia com 6 artigos que refletem o perfil docente do Século XXI diante dos novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país, refletindo sobre aspectos curriculares e enfrentamentos nessa formação. A esses primeiros textos, seguem-se outros 3 textos que trazem um olhar também sobre o perfil, o papel e a importância de gestores e coordenadores na Educação Básica. E, a Educação Básica é linha condutora dos 13 demais artigos que exploram diferentes aspectos educacionais como a inserção de temáticas pouco exploradas em sala de aula, assim como, práticas docentes envolvendo diferentes ferramentas e explorando os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a partir de pesquisas realizadas, como também através de relatos de trabalhos com jogos e oficinas em sala de aula.

Os 5 textos iniciais do Volume II abordam aspectos históricos da educação, trazendo pesquisas, apresentando processos históricos constituintes de espaços escolares e de processos de escolarização, tanto de educação básica como superior, que narram alguns momentos, entre tantos, da história da educação brasileira. Seguem-se a esses, outros 9 capítulos que possuem como linha conectiva a formação crítica e emancipadora através do processo educativo em diferentes frentes, espaços e abordagens teóricas. Os 8 capítulos restantes refletem sobre o processo de inclusão, os enfrentamentos da educação especial, a questão da saúde dos profissionais da educação, os dilemas da relação família-escola, a necessidade de escuta na educação infantil e a importância de reflexões sobre a sexualidade juvenil.

Essa diversidade de temáticas e pesquisas apresentadas na obra demonstra os múltiplos olhares e enfrentamentos da educação do país e a necessidade de aprofundamento e reflexão constantes.

Convidados o leitor para essa reflexão!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1930 A 2016	
Adriana Freire Pereira Férriz Ingrid Barbosa Silva Jakeline Gonçalves Bonifácio Sena Rosane dos Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.3901923101	
CAPÍTULO 2	13
A REFORMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA NEOLIBERAL	
Elizangela Tiago da Maia	
DOI 10.22533/at.ed.3901923102	
CAPÍTULO 3	21
OS INSPETORES DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	
Vinicius Teixeira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3901923103	
CAPÍTULO 4	33
O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS	
Talia Giacomini Tomazi Roselene Moreira Gomes Pommer	
DOI 10.22533/at.ed.3901923104	
CAPÍTULO 5	42
REFLEXÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO NA VIDA DE MENINAS E MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO CURTA-METRAGEM VIDA MARIA	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira Dagmar Silva Pinto de Castro Sueli Soares dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.3901923105	
CAPÍTULO 6	52
A INTENCIONALIDADE DA FORMAÇÃO ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA-LIBERTADORA	
Elna Pereira Nascimento Cres Nilo Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.3901923106	
CAPÍTULO 7	61
CRITICIDADE: PRESSUPOSTOS ORIUNDOS DA OBRA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Letícia Maria Passos Corrêa Neiva Afonso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3901923107	

CAPÍTULO 8	75
CONCEPÇÃO LIBERALISTA DE LOCKE E O DIREITO À EDUCAÇÃO	
Thiago Rodrigues Moreira	
Raimundo Márcio Mota de Castro	
Juliane Prestes Meotti	
DOI 10.22533/at.ed.3901923108	
CAPÍTULO 9	86
CONFORMISMO SIMULADO: QUESTÃO DE ORDEM, DE SOBREVIVÊNCIA OU UMA SAÍDA POSSÍVEL EM TEMPOS RANÇOSOS?	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3901923109	
CAPÍTULO 10	95
EDUCAÇÃO EM ADORNO – POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA EMANCIPAÇÃO	
Mariano Luiz Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231010	
CAPÍTULO 11	107
EDIFÍCIOS ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA ORIENTADOS PELAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E METODOLOGIAS ATIVAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.39019231011	
CAPÍTULO 12	120
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DE INTERAÇÃO FORMAÇÃO-TÉCNICA	
Thiago Vieira Machado	
Anne Alilma Silva Souza Ferrete	
DOI 10.22533/at.ed.39019231012	
CAPÍTULO 13	131
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COMO PROPÓSITO	
Lucila Ludmila Paula Gutierrez	
Paula Macarena Caballero Moyano	
Raphael Maciel da Silva Caballero	
DOI 10.22533/at.ed.39019231013	
CAPÍTULO 14	139
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA FORMAÇÃO INTEGRAL COM A EDUCAÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA	
Janiara de Lima Medeiros	
Ohana Gabi Marçal dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231014	

CAPÍTULO 15	151
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES NA ESCOLA PÚBLICA: O OLHAR DOS PROFESSORES DE DOIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.39019231015	
CAPÍTULO 16	161
DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
João Ricardo Melo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231016	
CAPÍTULO 17	168
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
João Ricardo Melo Figueiredo Eliana Leite Assis Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231017	
CAPÍTULO 18	175
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EFICÁCIA DE UM ENSINO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Caio Winch Janeiro Carolina Rodrigues Lopes Gustavo de Souza Andrade Lívia Mariana Lima Gava Murieli Fonsati Mázzaro César Antônio Franco Marinho Gustavo Navarro Betônico	
DOI 10.22533/at.ed.39019231018	
CAPÍTULO 19	182
ESCOLA X FAMÍLIA: UM DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI	
Jenyfer Fernanda Almeida Andreia Aparecida Pontes Maria Elganei Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.39019231019	
CAPÍTULO 20	192
A ESCUTA DAS CRIANÇAS COMO UM PRINCÍPIO DA AÇÃO EDUCATIVA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA UEIIA/UFSM	
Ana Carla Bayer da Silva Daniela Dal Ongaro Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa Juliana Goelzer	
DOI 10.22533/at.ed.39019231020	
CAPÍTULO 21	202
CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE DE ESTUDANTES ADOLESCENTES EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AO NORTE DO BRASIL: O QUE FOI COMPREENDIDO E O QUE AINDA NECESSITA SER APRIMORADO?	
Liliane Gonçalves de Araújo Darlene Teixeira Ferreira Gláucia Caroline Silva de Oliveira	

Aldemir Branco de Oliveira-Filho
DOI 10.22533/at.ed.39019231021

CAPÍTULO 22 213

O PARADIGMA DA “ATIVAÇÃO” DO ESTUDANTE E AS DEMANDAS POR UMA EDUCAÇÃO EM COMPASSO COM O SEU TEMPO

Bruno Gomes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39019231022

CAPÍTULO 23 225

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DEFORMAÇÃO UNIFORME EM MATERIAIS SOB STRESS

Otto Leonardo Gómez Huertas

DOI 10.22533/at.ed.39019231023

SOBRE A ORGANIZADORA..... 231

ÍNDICE REMISSIVO 232

REFLEXÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO NA VIDA DE MENINAS E MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO CURTA-METRAGEM VIDA MARIA

Rodrigo Ribeiro de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Diretoria de Informática e Turismo (DIT)
São Paulo - SP

Dagmar Silva Pinto de Castro

Professora Visitante do Centro de Pesquisa Brasileiros da University of Washington, UWA, Estados Unidos e diretora do Caminhos da Psicanálise (www.caminhosdapsicanalise.com.br)

Sueli Soares dos Santos Batista

Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)
São Paulo - SP

RESUMO: Este estudo utiliza o curta-metragem Vida Maria (Ramos & Ramos, 2006), como uma importante oportunidade para aprofundar a discussão sobre escolaridade, trabalho e gênero nas histórias de vida de meninas e mulheres. Este estudo faz a reflexão sobre o filme na perspectiva da educação sempre negada e por isso das condições sempre renovadas da vida e do trabalho subalterno, busca-se estabelecer o contraponto com a realidade de mulheres estudantes de cursos técnicos que tiveram experiências similares às de Maria José em sua infância e que, de alguma forma, procuram superar esse círculo vicioso de miséria e submissão, entre outros fatores, por

conta do acesso à formação profissional. Como modalidade de pesquisa optou-se por estudo exploratório e qualitativo realizado em uma escola técnica federal com discentes do curso técnico em administração. Os dados empíricos foram levantados por meio de grupo focal. A experiência vivida pelas alunas foi analisada buscando-se as convergências, divergências e ou idiossincrasias da aproximação entre ciência e arte por meio do curta-metragem “Vida Maria” em diálogo com a literatura. Os resultados apontam que a história de “Maria” está longe de ser apenas mais uma ficção, eles retratam a verdade, a realidade vivida por essas mulheres nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Escolarização; Curta-metragem Vida Maria.

REFLECTIONS ON SCHOOLING AND WORK IN THE LIFE OF BRAZILIAN GIRLS AND WOMEN FROM THE SHORT LIFE MARIA

ABSTRACT: This study uses the short film Vida Maria (Ramos & Ramos, 2006) as an important opportunity to deepen the discussion about schooling, work and gender in the life histories of girls and women. This study makes the reflection about the film in the perspective of education always denied and therefore of the ever renewed conditions of life and subordinate

work, we seek to establish the counterpoint with the reality of women students of technical courses who had experiences similar to those of Mary José in his childhood and who, somehow, seek to overcome this vicious circle of misery and submission, among other factors, due to access to vocational training. As a research modality we opted for an exploratory and qualitative study conducted at a federal technical school with students of the technical course in administration. Empirical data were collected through a focus group. The experience lived by the students was analyzed looking for the convergences, divergences and or idiosyncrasies of the approximation between science and art through the short film “Vida Maria” in dialogue with literature. The results point out that the story of “Mary” is far from just a fiction, they depict the truth, the reality lived by these women these days.

KEYWORDS: Gender; Schooling; Short film Vida Maria.

1 | INTRODUÇÃO

O curta-metragem de animação Vida Maria, com pouco mais de oito minutos, mostra ciclos de vida aos quais muitas vezes as meninas e as mulheres pobres vivem. Em sua sinopse, o enredo é apresentado como a história de uma menina de cinco anos de idade, num contexto rural representando o nordeste brasileiro. Ela se diverte e deixa o tempo passar aprendendo a escrever o nome. Interrompida em seu sonho de criança, é obrigada pela mãe a abandonar o caderno, começar a cuidar dos afazeres domésticos, trabalhar na roça e cuidar dos animais. Na fala da mãe se traduz e se reproduz a determinação às meninas que conhecem cedo a realidade do trabalho: “Vê se tu me ajuda, Maria José!”

O curta-metragem venceu inúmeros festivais nacionais e internacionais no ano de seu lançamento. É uma produção cearense de Joelma Ramos e Marcio Ramos. A narrativa faz entender que Maria José é apenas mais uma Maria que deixou de lado os estudos e os brinquedos, sendo levada pelas circunstâncias, dedicando-se aos afazeres da casa e da subsistência familiar, para depois dedicar-se, ainda muito jovem ao marido e a inúmeros filhos.

Vivendo em estado de subordinação aos lugares que lhe foram determinados, sua vontade e seus sonhos não ultrapassam a cerca da casa onde vive. São muitas Marias que a antecedem e que, do mesmo modo, a ela se sucederão. No seu caderninho, como um registro da memória familiar e coletiva, aparecem os nomes escritos de Maria da Conceição, Maria do Carmo, Maria de Fátima, Maria das Dores, da própria Maria José e sua filha Maria de Lurdes que também precisará abandonar o sonho da escola pela realidade do trabalho doméstico e do campo, pelo romance que chega tão cedo na presença dos Antônio, dos José e tantos outros jovens homens com trajetórias sertanejas similares. Desses sonhos e amores o curta-metragem mostra que se espera somente o fim precoce da infância, uma prole grande, a perpetuação da miséria, e a condição de trabalho precário dos homens,

das mulheres, das famílias e das crianças condenadas a seguir essa trajetória.

Os diretores e roteiristas da animação afirmaram que a motivação para concebê-la veio da percepção da própria trajetória familiar e individual vivendo no estado da Paraíba em que:

Nascer mulher no interior nordestino limitava a vida daquelas pessoas ainda mais. Porque o homem podia trabalhar além da cerca, mas era papel da mulher ficar em casa, cuidando dos filhos, das tarefas domésticas e esperando o marido chegar. Resolvi unir minha experiência pessoal com a visão sobre aquela mulher e surgiu o *Vida Maria* (RAMOS; RAMOS, 2006).

A cerca é uma marca importante em toda a animação. Maria José só sai de casa para ir ao quintal e é como toda sua vida se passasse nos limites marcados entre este quintal e o mundo externo. A dimensão lúdica e educacional são dimensões ausentes na vida de Maria José que nunca chega ao portão. Chegar ao portão, como mencionado na música de Nonato Buzar e Paulinho Tapajós é, em grande parte, contemplar o que está fora, perceber os limites e ouvir outros convites da vida. O convite para brincar, para entrar na roda, girar e talvez fazer uma outra história extramuros, extra cercas do que se esperou dela até então.

Vida Maria explora as limitações e a falta de perspectiva que essas meninas e mulheres enfrentam durante toda a sua vida, algo que se repete por diversas gerações, submetidas ao trabalho precoce, ininterrupto e invisível. Neste sentido, a temática do curta-metragem transborda os limites do sertão, aproximando-se também das meninas e mulheres pobres urbanas.

Este estudo se vale do curta-metragem *Vida Maria*, como uma importante oportunidade de aprofundar a discussão sobre escolarização, trabalho e gênero nas histórias de vida de meninas e mulheres. Nos limites deste estudo, além da reflexão sobre o curta-metragem na perspectiva da educação sempre negada e por isso mesmo das sempre renovadas condições de vida e de trabalho subalternas, busca-se estabelecer o contraponto com a realidade de mulheres estudantes de cursos técnicos que tiveram experiências similares às de Maria José em sua infância e que, de alguma forma, procuram superar esse círculo vicioso de miséria e submissão, entre outros fatores, por conta do acesso à formação profissional.

Na parte final do artigo é apresentada uma pesquisa empírica com alunas de uma escola técnica pública em São Paulo. São filhas de mulheres trabalhadoras do campo ou da cidade, nordestinas ou não, de mães quase sempre analfabetas que as inspiraram a buscar trajetórias de mulheres escolarizadas e, espera-se, com melhores perspectivas.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais, sendo-

lhes asseguradas oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (LEI Nº 11.340, 2006).

O curta-metragem *Vida Maria* retrata a realidade brasileira que vem demarcada secularmente pela desigualdade social-política-econômica e cultural Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2014a) (IBGE, 2014b, IBGE, 2015, IBGE, 2018). Tornar-se mulher e ter uma vida digna tem sido um desafio para muitas meninas que precisam ter garantida em seu horizonte a eliminação de práticas danosas como trabalho infantil, baixa escolaridade, casamento forçado e precoce e todas as formas de violência contra meninas e mulheres.

Não se nasce mulher, torna-se mulher Beauvoir (1980). É possível afirmar que nesse processo, as meninas devem romper os limites da cerca e atravessar o portão de suas existências, assinalando que não ficarão à mercê dos papéis previamente impostos pela sociedade. A construção de uma educação emancipatória e de uma sociedade mais justa depende disso.

Mas é evidente que não basta apenas a pessoa reconhecer a sua condição e querer transformá-la. De alguma forma, o curta-metragem *Vida Maria* aponta para a necessidade de soluções coletivamente engendradas e de enfrentamentos que extrapolam a dimensão individual. O que falta na vida das Marias que se sucedem são as ações na esfera pública, por meio de escolas, creches, espaços de convivência, de trabalho associado. Isso significa não só o esforço individual, mas maior suporte econômico, político e cultural para que seja possível romper com o ciclo de encarceramentos historicamente construídos para meninas e mulheres.

O curta-metragem *Vida Maria* mostra a importância e a influência do papel da família no processo da socialização primária (BERGER; LUCKMAN, 1974), que configura os papéis sociais e as possibilidades de se ver em determinado grupo social e realidade. A família representada no curta-metragem é a que encontramos em diferentes locais, seja da zona rural ou urbana no Brasil em que as meninas foram designadas a serem mães e a postergarem o estudo. A educação é vista nessas situações como algo de segundo plano, um luxo para poucos diante das demandas da sobrevivência. A mãe de Maria José assinala constrição quando percebe que a filha está repetindo sua própria história, mas isso não passa de um rápido segundo em que seu olhar se turva rememorando sua trajetória, para na sequência repetir o discurso mais forte da impossibilidade face a uma realidade que se pensa natural e irreversível.

No Brasil, que ainda sofre com os resquícios de uma sociedade patriarcal e escravocrata, as mulheres participam menos do mercado de trabalho que os homens em função de barreiras culturais que persistem. Na verdade, o trabalho feminino é em grande parte invisível para a sociedade.

Na síntese de indicadores sociais brasileiros, divulgados pelo IBGE em 2013, foi identificado que em 2012, 9 milhões e 600 mil jovens brasileiros não estudavam

nem trabalhavam. Isso permite diagnosticar que um em cada cinco jovens estão nessa situação, sendo a maioria mulheres. Essa é uma realidade já observada nas pesquisas relativas a 2005-2009. Os dados revelaram que 74,1% das mulheres de 25 a 29 anos que não estudam nem trabalham têm ao menos um filho (IBGE, 2014b).

Esses números são significativos e podem ser parcialmente entendidos quando verificamos que o Brasil é um dos países com mais trabalhadores domésticos do mundo. De fato, o Brasil lidera a lista de países com o maior número de trabalhadores domésticos, como empregadas, babás e caseiros, na frente de Índia, Indonésia, Filipinas e México. Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho [OIT] divulgado em 2013, essas nações têm 17,5 milhões de pessoas que prestam serviços domésticos, sendo o Brasil responsável por 41% desse total, com 7,2 milhões de trabalhadores. A pesquisa aponta o desemprego e a baixa qualificação de mulheres como um dos principais motivos para o aumento global desse setor. Certamente, esse indicador eleva os índices do trabalho informal, já que muito recentemente a legalização do trabalhador doméstico passou a ser uma preocupação. As meninas começam neste tipo de trabalho muito precocemente como pôde mostrar o curta-metragem Vida Maria.

O estudo do IBGE (2014a) revelou as diferenças na jornada de trabalho entre homens e mulheres. A dos homens é mais longa: 42 horas semanais, contra 36 das mulheres. Dentro de casa, porém, elas dedicam o dobro do tempo às tarefas domésticas que se iniciam muito antes que meninas possam ser consideradas mulheres.

Em 2014, a OIT divulgou relatório intitulado Lucros e Pobreza: Aspectos Econômicos do Trabalho Forçado revelando que dois terços do total estimado de 150 bilhões de dólares gerados pelo trabalho forçado, ou seja, 99 bilhões, originam-se da exploração sexual comercial, enquanto 51 bilhões são resultantes da exploração com fins econômicos, que abarcam o trabalho doméstico, a agricultura e outras atividades econômicas (OIT, 2014).

Segundo a Pesquisa Nacional de Demográfico e Saúde da Criança e da Mulher – do Ministério da Saúde, 35,6% das mulheres de 20 a 24 anos de idade responderam que estiveram casadas ou em união antes dos 18 anos (IBGE, 2018). Isso porque no Brasil, o casamento civil só é permitido para as pessoas a partir de 16 anos de idade, sendo que, para os jovens com 16 e 17 anos não emancipados, exige-se autorização de ambos os pais ou representantes legais.

Segundo Castro e Silva (2014) são lugares e papéis diferentes que demarcam os espaços de circulação, interação e poder nas relações sociais de gênero. Esses lugares e papéis diferenciados inscrevem-se no corpo biológico e em nome da diferença instauram-se as desigualdades de gênero e isso ocorre antes mesmo do nascimento.

A matriz dessa concepção atribuí o poder ao homem, reforçado pela religião, que por sua vez legitima atitudes de submissão e obediência por parte das mulheres.

O processo de socialização vai pautando o que é ser menina e o que é ser menino e desde os primeiros anos de vida são reproduzidos scripts em que a mulher nasceu para ser mãe, cuidadora, submissa, obediente. A produção da subjetividade da mulher desde a mais tenra idade impõe um status de dependência que não se vê em relação ao homem.

Para Bourdieu (1974), nas religiões a hierarquia sexual encontra seu lócus privilegiado de produção e reprodução, face ao seu poder de legitimação do arbitrário. Nesse contexto em que a produção da subjetividade historicamente ocorre na tensão das relações de poder é que a autora Beauvoir (1980) afirma que ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Aí se encontra a força e fragilidade dos processos de retroalimentação das relações assimétricas de poder. A síntese da produção de uma subjetividade, que ao longo dos séculos naturalizou os papéis de homem e mulher, pode ser subvertida ao estabelecer a tradição de que gênero enquanto uma construção social que vai além das características genotípicas.

A desnaturalização dos processos que remetem à ordem da natureza e justificam as desigualdades implica em desmitificar as máximas de que é da natureza da mulher ser submissa, rompendo com o imutável papel social da dependência feminina. Enquanto sociedade, definimos padrões de comportamento, hábitos e características para os sexos. Para Scott (1995) as diferenças entre os corpos são constantemente solicitadas a testemunhar e legitimar as relações sociais. A escola como uma das instituições básicas presentes no primeiro nível da realidade social (LAPASSADE, 1984) possui lugar privilegiado para potencializar experiências que permitam desnaturalizar a desigualdade de gênero.

A baixa escolaridade dificulta o ingresso no mundo do trabalho levando muitos a procurarem essa escolarização em diferentes etapas da vida. Quanto mais cedo se inicia nas atividades laborais com mais dificuldade se entra no que se convencionou chamar “mundo do trabalho” já que essa expressão implica uma diferenciação com o mundo da escola. Quem nunca ou tardiamente foi à escola não tem ou não teve o direito de perceber essa diferenciação e é comum ter se dedicado ao trabalho como único caminho possível. A inserção precoce no trabalho implica numa exclusão do direito a um trabalho decente que para existir exige o acesso à escolarização. O trabalho doméstico atribuído essencialmente às meninas e às mulheres é um fator importante para a dificuldade em superar esse tipo de trajetória.

A escola tem assumido cada vez mais o dever de educar para o mundo do trabalho e, principalmente, para a inserção do educando na realidade social. Preparar para o mundo do trabalho também é construir visões críticas sobre a exploração do trabalho ou a dificuldade em ter acesso à ele de maneira digna. Especificamente, é necessário enfatizar a importância da alfabetização e da formação profissional das mulheres que foram excluídas do sistema educacional por décadas.

3 | METODOLOGIA

Em 2016, foi realizado um estudo em uma escola técnica federal no município de Sorocaba – SP, com cinco mulheres que naquele ano estavam concluindo o curso técnico subsequente, ou pós-médio, curso este voltado aos estudantes que já concluíram o Ensino Médio e buscam uma formação técnica. Este tipo de curso tem duração de um ano e meio e confere ao formando o diploma de técnico em administração de nível médio. A opção por essas mulheres se deu por apresentarem trajetórias familiares aproximadas ao tema do curta-metragem, possibilitando a análise no campo empírico do tema que a animação trata em relação ao trabalho, gênero e educação.

Os dados foram coletados a partir da realização de grupo focal com cinco alunas do curso técnico em administração. Para interpretar e avaliar suas falas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1995).

Foram convidadas, para participar desta pesquisa, estudantes que estavam concluindo o curso e que fossem mães. Após o aceite, foi agendado dia e horário para a realização do grupo focal (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002; DUARTE, 2004). O grupo focal foi realizado em uma sala de aula e o encontro durou 73 minutos, havendo gravação em vídeo e posterior transcrição das falas. Inicialmente as cinco participantes da experiência assistiram ao curta-metragem *Vida Maria* e foram questionadas a respeito das suas percepções em relação a ele.

O objetivo ao assistir ao curta-metragem de maneira compartilhada e depois, coletivamente, refletir sobre ele, não teve um caráter informativo ou de entretenimento. Concordamos com Xavier (2008) quando afirma que a experiência com o cinema que educa é aquela que faz pensar não só em relação à linguagem cinematográfica, mas quanto às variadas experiências e questões dos indivíduos e dos grupos. Ou seja, “a questão não é “passar conteúdos”, mas provocar a reflexão, questionar o que, sendo um constructo que tem história, é tomado como natureza, dado inquestionável (XAVIER, 2008, p.15).

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As mulheres brasileiras hoje, como na maior parte do mundo, continuam enfrentando restrições impostas pela visão machista e patriarcal, seja no espaço público, seja no privado. Isso significa que elas têm seus direitos sonogados no trabalho, na educação, na atenção à saúde, na política e em casa. As mulheres que fazem parte de populações que também sofrem discriminação, como as mulheres negras, indígenas, homossexuais, sofrem ainda mais violações de seus direitos e têm bandeiras de luta específicas (CHOUERI; VIEIRA, 2015, p. 22).

Foi notória a associação que as mulheres fizeram com a sua própria infância, tendo como imagem central dessa associação a experiência com as mães:

[...] eu lembrei da minha mãe porque ela foi criada desse jeito e ela passou isso para mim que a mulher não precisava estudar. O pai dela falava que a caneta de pobre era enxada, ela foi criada na roça [...]E ela me criou assim [...] não estudava, só cuidava da casa e do marido e dos filhos [...] (S. A. 51 anos)

A minha história é a mesma. Eu lembro da minha mãe também, ela trabalhava na roça, trabalhava cortando cana. (J. A. 50 anos)

Com a minha mãe foi a mesma coisa também. A minha mãe foi criada na roça em Minas Gerais. [...] E o pai da minha mãe nunca deixou ela estudar também, ela não sabia nem assinar o nome dela[...] teve 5 filhos com meu pai e nunca estudou, nunca foi para escola [...] (C. P. 36 anos)

As mães dessas mulheres, em sua maioria, como abordado no curta-metragem eram analfabetas e em alguns casos conseguiram estudar quando adultas:

[...] ela era analfabeta, ela desenhava o nome, pois ela não conhecia as letras. [...]tanto é que aprendeu a ler e escrever quando eu era criança, estava na 5ª série quando ela foi aprendendo a ler e escrever mais ou menos. (A. M. 32)

Ela não concluiu os estudos, mas ela aprendeu a ler e escrever, não muito bem mas conseguiu e ela passou para todos os filhos que o estudo é tudo (J. A. 51 anos)

[...] aí ela separou do meu pai e voltou a estudar. Eu tinha 19 anos, estava me formando no 2º grau e a minha mãe foi para a escola. (C. P. 36 anos)

Ver a história familiar e em particular da mãe, fez com que as mulheres participantes, agora estudantes, pudessem perceber que a sua história em grande parte foi engendrada nos mesmos moldes e que tiveram de resistir e perseverar para que fizessem algo distinto:

Eu fui criada para casar, ter filhos, cuidar da casa, do marido e dos filhos [...] a primeira vez que vi esse filme, na hora lembrei da minha mãe, porque você não tem oportunidades, não tem chances e vai passando de mãe para filha e assim vai indo [...] (S. A. 51 anos)

Aprender a ler e a escrever já adultas foi apontado pelas entrevistas como uma grande vitória para as suas mães que se viram superando a clausura a qual foram submetidas desde a infância:

Ela escreveu o nome dela e chorava de emoção [...] (J. A. 51 anos)

Eu lembro que quando ela aprendeu a ler, ela foi para a cidade (centro de Sorocaba) aí chorou quando conseguiu ler no ônibus escrito “laranjeiras” ela chegou chorando em casa dizendo: - Filha, agora eu sei ler porque eu li o ônibus “Laranjeiras” (C. P. 36 anos)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida pelas alunas foi analisada buscando-se as convergências, divergências e ou idiossincrasias da aproximação entre ciência e arte por meio do

curta-metragem “Vida Maria” em diálogo com a literatura.

O papel das escolas técnicas é também ter um olhar para essa questão em relação às alunas e compreender o quão difícil foi para elas ultrapassarem os limites e chegarem até a sala de aula. Estudar, quando é possível fazer essa escolha, ainda não se faz sem sacrifícios:

[...] para a gente que é mãe é difícil, pois é como se tivesse tirado um pedaço da gente né. A gente não está com a criança durante o dia, e na hora que vai dormir, você olha para criança e pensa “nossa parece que não fiz nada para a criança hoje” e você acaba chorando sozinha a noite [...] você trabalha, estuda, então você pensa “Nossa a menina ficou o dia inteiro sem mim, parece que está faltando alguma coisa, não consigo explicar isso”. Às vezes está dormindo e não brinquei com ela, acabou o dia e o dia já foi, então é difícil, a gente tem que segurar com isso para conseguir vir outro dia aqui [...] “Mãe vamos andar de bicicleta lá na calçada” e eu digo: “Não dá, tenho que ir para o curso”. (C. P. 36 anos)

Faz-se necessário atentar ao papel da escola e das políticas educacionais, criando condições de romper essa cerca invisível e poderosa buscando condições para que seja ultrapassada, incentivando que essas mulheres estudem e se profissionalizem.

A escola é um dos espaços do saber e da emancipação. Um espaço que precisa ser potencializado na busca por autonomia dessas mulheres que tiveram suas mães cerceadas e que se vêm, ainda de alguma forma, amuralhadas, impedidas de atravessar satisfatoriamente as barreiras que são históricas.

Os resultados apontam que a história de “Maria” está longe de ser apenas mais uma ficção, eles retratam a verdade, a realidade vivida por essas mulheres nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1974.

BOURDIEU, P. Gênese estruturante do campo religioso. In: MICELI, S. (Org.) **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CASTRO, D. S. P.; SILVA, I. Políticas Públicas Integradas, gênero e religião: mais, mas não do mesmo In SOUZA, S. D.; SANTOS, N. P. (Org.) **Estudos Feministas e Religião – Tendências e Debates**, Curitiba: Prismas, 2014.

CHOUERI, M.; VIEIRA, M. **Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil**, 2015.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **Anais... ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, Ouro Preto, MG, Brasil, 13, 2002.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, 24, 213-225, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010, 2014a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>>. Acesso em: 10 agosto, 2018.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014, 2014b. Disponível em: <http://www.proplan.ufam.edu.br/SIS_2014.pdf>. Acesso em: 10 agosto, 2018.

_____. **Estatísticas do Registro Civil 2014, 2015**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf>. Acesso em: 10 agosto, 2018.

_____. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 10 agosto, 2018.

LAPASSADE, G. **Grupos, Organizações e Instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências, 2006. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 agosto, 2018.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho forçado gera 150 bilhões de dólares de lucro anualmente**, 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-trabalho-forcado-gera-anualmente-150-bilhoes-de-dolares-de-lucro/>>. Acesso em: 10 agosto, 2018.

RAMOS, J.; RAMOS, M. **Vida Maria** [Curta-metragem - Animação]. 9 min. color. son. Fortaleza: VIACG, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 72-99, 1995.

XAVIER, I. Um Cinema que “Educa” é um Cinema que (nos) Faz Pensar. Entrevista com Ismail Xavier. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, 13-20, 2008.

SOBRE A ORGANIZADORA

ADRIANA DEMITE STEPHANI - Possui Licenciatura em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Portuguesa: Métodos e Técnicas de Produção de Textos. Mestrado e Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é docente (Adjunto III) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Arraias, e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT/Porto Nacional. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia com ênfase em Ensino de Língua e Literatura e outras Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, Letramentos, Arte e ensino, Arte Literária, Literatura e ensino, Literatura e recepção, Literatura e outras Artes, Leitura e formação, Leitura e Escrita Acadêmica e Literatura infanto-juvenil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Recepção (LER), em parceria com docentes da UEG e UnB. Avaliadora do Inep/MEC de cursos de Letras e Pedagogia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 10, 26, 30, 58, 59, 91, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 167, 171, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 195, 199, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Aprendizagem ativa 111, 213, 214, 220, 221, 223
Arquitetura escolar 107, 109, 119

B

BNCC 139, 140

C

Campo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 31, 35, 40, 43, 44, 48, 50, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 97, 121, 132, 134, 141, 163, 167, 169, 171, 174, 183, 184, 187, 208, 213
Conformismo simulado 86, 92
Consciência verdadeira 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106
Críticidade 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73
Curta-metragem Vida Maria 42

D

Deeper learning 213, 214, 220, 221, 222, 223
Deficiência 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Deficiência visual 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

E

Educação em saúde 134, 137, 175, 176
Educação escolar 52, 74, 95, 96, 103, 104, 105, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 152, 189
Educação especial 4, 7, 152, 160, 161, 165, 168, 173, 194, 195
Educação infantil 4, 7, 20, 96, 103, 115, 116, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200
Educação profissional 4, 7, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41
Emancipação 3, 50, 53, 54, 62, 66, 68, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 120, 125, 128, 130, 134, 144, 149
Ensino de filosofia 61, 62, 68, 70, 71, 73, 74
Ensino híbrido 107
Esclarecimento 55, 59, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130
Escolarização 5, 10, 18, 23, 42, 44, 47
Escuta 134, 164, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Estado 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 34, 37, 43, 44, 56, 61, 63, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 93, 103, 105, 122, 124, 141, 145, 162, 194, 204, 212, 215, 217, 221

F

Família 4, 45, 79, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 125, 143, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 165, 168, 169, 170, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 203, 211, 212, 217

Formação cultural 95, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 120, 125, 126, 129

Formação estética 52, 54, 55

Formação humana 37, 39, 58, 61, 62, 65, 66, 72, 74, 105, 121, 139, 141, 143, 145, 146, 149

G

Gênero 6, 23, 29, 30, 31, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 82, 211

H

Homem integral 52, 57

I

Inclusão 3, 54, 59, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173

Inspeção eficaz 21, 23, 25, 26, 30

Inspetores da instrução 21, 27, 28, 30

Instrução popular 21, 24

Inteligências múltiplas 107, 109, 110, 111, 113, 117, 119

Interdisciplinaridade 139, 141, 146, 147, 148, 149, 150

J

Jean-Jacques Rousseau 61, 62, 63, 65, 68, 74

L

Liberalismo 15, 16, 75, 76, 77, 79, 84

Locke 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 122, 124, 130

M

Metodologias ativas 107, 109, 110, 111, 112, 117, 119, 137, 220, 221

N

Neoliberalismo 13, 15, 16, 60

P

Paideia 123, 130, 139, 140, 147, 148, 149, 150

Participação 15, 18, 86, 100, 115, 134, 136, 147, 151, 157, 159, 174, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 211

Política de educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Políticas neoliberais 33

Precarização 35, 40, 86, 87, 88, 89, 91

Primeiros socorros 175, 176, 177, 178, 180

Produção do conhecimento 1, 2, 5, 10, 11

Professores 19, 27, 29, 31, 38, 73, 92, 93, 94, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 118, 134, 136, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 174, 175, 177, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 212, 220, 231

Profissionais da saúde 131, 133

Profissionalização 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94

R

Redesenho do espaço escolar 107

Reforma 13, 17, 20, 41, 66, 88, 112, 113

S

Serviço social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Sociedade da aprendizagem 213, 214, 216, 217

Suporte básico de vida 175, 176, 177, 181

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 111, 113, 115, 118, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223

Trabalho pedagógico 192, 194, 196, 197, 198

V

Vida escolar 182, 185, 187, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-739-0

